

Hospitais

Hospital Delphina Rinaldi Aziz

INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO – INDSH HOSPITAL DELPHINA RINALDI AZIZ (CNPJ 23.453.830/0022-02)						DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL					
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em reais)						Patrimônio Superávit/(Déficit) Acumulado					
BALANÇO PATRIMONIAL			DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS			Social			Total		
Notas			Notas			31/12/2022			31/12/2023		
2024			2024			2022			2023		
2023			2023			2022			2023		
ATIVO CIRCULANTE						Receitas Operacionais					
Caixa e equiv. de caixa						Serviços prestados					
Contas a receber						pacientes SUS					
Estoque						Serviços prestados					
Outros créditos						convênios					
Despesas antecipadas						e particulares					
Depósitos judiciais						(-) Glosas					
Contratos de gestão						Reculta Líquida					
Total do Ativo Circulante						286.585.498					
Não Circulante						277.084.556					
Contas a receber						Custos					
Partes relacionadas						Serviços de terceiros					
Outros créditos						Pessoal e encargos					
Imobilizável – Próprio						Materiais e medicamentos					
Intangível – Próprio						Superávit / (Déficit)Líquido					
Total do Ativo não Circ.						20.900.949					
Total do Ativo						43.312.340					
PASSIVO E PATR. SOCIAL						Despesas					
Circulante						Pessoal e encargos					
Fornecedores						Serviços de terceiros					
Obrigações trabalhistas						Impostos, taxas					
Obrigações sociais						e contribuições					
Obrigações fiscais						Depreciação/amortização					
Outras contas a pagar						Despesas gerais e					
Partes relacionadas						administrativas					
Contratos de gestão						Superávit / (Déficit) Antes					
Total do Passivo Circul.						do Resultado Financeiro					
Não Circulante						Financieira Líquidas					
Provisão p/ contingências						Despesas financeiras					
Total do Passivo não Circ.						Receitas financeiras					
Patrimônio Social						Superávit / (Déficit)Antes.de					
Patrimônio social						Outras Despesas e Receitas					
Superávit (déficit) acumulado						Outras Despesas e Receitas					
Total do Patrimônio Social						Doações e subvenções					
Total do Passivo e						Outras receitas e despesas					
Patrimônio Social						Superávit / (Déficit)					
223.804.786						do Exercício					
346.348.069						7.103.945					
						20.375.577					
						As Notas Explicativas são parte integrante das					
						Demonstrações Financeiras.					

Continuação...

do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil.

l. Demonstrações dos Fluxos de Caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

m. Contratos de Gestão: Em 2023, a Administração do Hospital concluiu os estudos sobre a adoção dos conceitos de contabilização dos contratos de gestão baseados na NBC TG 07 – Subvenção e Assistência Governamentais e ITG 2002 (R1), e optou por reconhecer o saldo do contrato de gestão junto ao Ente Público, registrando em ativo circulante os valores futuros a receber dos serviços previstos em contrato, em contrapartida ao passivo circulante relativa a obrigação de execução do contrato pactuado.

	2024	2023
Caixa em espécie	1.173	995
Banco conta movimento	11	-
Aplicações financeiras de liquidez imediata	57.731.356	30.799.571
Total	57.732.540	30.800.566

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. A manutenção do saldo da conta Aplicações financeiras de liquidez imediata é a garantia da administração em honrar seus compromissos de curto prazo com os fornecedores essenciais, para manutenção do funcionamento da unidade, bem como reserva social para honrar seus compromissos de longo prazo com seus colaboradores celetistas.

5. CONTAS A RECEBER: O montante refere-se a contas a receber de contrato de gestão, 001/2019/SES-AM, com a Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas, vigente até 30/03/2025 conforme 13º Termo Aditivo.

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

a. Imobilizado – Próprio

	Aparelhos Med. e Cir.	Eq. Informática	Máquina e Equip.	Total
Em 31 de dezembro de 2023				
Saldo inicial	1.707	33.004	19.136	53.847
Aquisições	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-
Depreciação	(235)	(8.027)	(2.308)	(10.570)
Saldo contábil líquido	1.472	24.977	16.828	43.277
Em 31 de dezembro de 2024				
Saldo inicial	1.472	24.977	16.828	43.277
Aquisições	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-
Depreciação	(235)	(7.724)	(2.308)	(10.267)
Saldo contábil líquido	1.237	17.253	14.520	33.010

b. Intangível – Próprio

	Software	Total
Em 31 de dezembro de 2023		
Saldo inicial	1.595	1.595
Aquisições	-	-
Transferências	-	-
Baixas	-	-
Amortização	(1.152)	(1.152)
Saldo contábil líquido	443	443
Em 31 de dezembro de 2024		
Saldo inicial	443	443
Aquisições	-	-
Transferências	-	-
Baixas	-	-
Amortização	(443)	(443)
Saldo contábil líquido	-	-

	2024	2023
Materiais e medicamentos	6.816.850	4.032.211
Serviços	2.529.689	1.701.396
Serviços médicos	30.380.593	31.057.755
Diversos	2.819.724	1.715.908
Total	42.546.856	38.507.270

9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2024	2023
Ordenados e salários a pagar	6.125.501	3.071.318
Provisão férias	7.639.847	6.904.850
Provisões FGTS s/férias	610.588	552.033
Outras provisões	12.401.549	8.260.378
Total	26.777.485	18.788.579

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2024	2023
INSS a recolher	804.399	889.012
FGTS a recolher	939.868	961.856
IRRF s/ folha a recolher	1.282.350	1.207.960
Contr. sindical	8.073	9.045
Outros a pagar	218.914	270.782
Total	3.253.604	3.338.655

11. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	2024	2023
Empréstimo consignado à funcionários	321.213	277.179
Empréstimos materiais SES-AM (ii)	1.188.682	439.065
Verba piso salarial da enfermagem (i)	7.018.311	6.455.061
Seguros a pagar	16.763	-
Total	8.544.969	7.171.305

Circulante

Contrato de gestão001/2019

	2024	2023
70.478.554	79.132.758	
70.478.554	79.132.758	

Não Circulante

Contrato de gestão001/2019 (i)

	2024	2023
1.815.174	1.815.174	
1.815.174	1.815.174	

(i) O saldo de contas a receber não circulante refere-se a valores de períodos anteriores, em discussão para recebimento junto à Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas. O saldo é considerado recebível pela Administração, portanto não são consideradas provisões para perdas.

Aging List

	2024	2023
De 06 a 15 dias	-	23.776.483
De 16 a 30 dias	22.277.400	-
De 31 a 60 dias	22.277.400	21.127.517
De 61 a 90 dias	22.277.400	17.114.369
De 91 a 180 dias	3.646.334	17.114.369
De 181 a 360 dias	-	20
+ de 360 dias	1.815.194	1.815.174
Total	72.293.728	80.947.932

6. ESTOQUES

	2024	2023
Drogas e medicamentos	4.477.154	2.830.850
Materiais de uso do paciente	1.434.509	2.360.421
Fios cirúrgicos	196.730	314.380
Materiais de expediente e impressos	479.156	463.230
Dietas enterais e parenterais	163.905	411.357
Equipamento de proteção individual	42.641	218.127
Materiais de laboratório	1.535.235	1.856.895
Demais materiais	6.423.382	4.870.916
Total	14.752.712	13.326.176

Estoque cedidos pela SES/AM (i)

	2024	2023
2.984.002	2.741.839	
17.736.714	16.068.015	

(i) Refere-se a materiais adquiridos pela Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas e cedidos para utilização pela UPA. Estes valores serão descontados parcial ou integralmente de repasses futuros à Entidade, conforme descrito na nota explicativa 11. Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.

	2024	2023
Trabalhista	8.945.383	3.460.764
Cível	952.608	460.000
Total	9.897.991	3.920.764

14.DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2024	2023
Serviços de gestão	(4.560.000)	(4.560.000)
Aluguel de máquinas	(1.398.212)	(1.855.262)
Telefone	(113.481)	(91.695)
Manutenção e conservação	(12.364)	(17.351)
Viagens e hospedagem	(513.716)	(487.286)
(Provisão) Reversão p/ contingências	222.535	(1.016.547)
Outros	(477.051)	(466.578)
Total	(6.852.289)	(8.494.719)

15. RENÚNCIA FISCAL: A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais o acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 – (C) do ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

	2024	2023
Cota patronal/ Terceiros e RAT/SAT	21.406.292	17.802.945
INSS	21.406.292	17.802.945
COFINS	8.559.534	8.559.534
COFINS	8.559.534	8.559.534
Total	29.965.826	26.362.479

16. COBERTURA DE SEGUROS: Em 2024, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2024	2023
Aplic. finan. de liquidez imediata	57.731.356	30.799.571
Contas a receber	72.293.728	80.947.932
Total ativos financeiros	130.025.084	111.747.503
Fornecedores	42.546.856	38.507.270
Total passivos financeiros	42.546.856	38.507.270

18. GESTÃO DE RISCOS: A Entidade possui exposição aos seguintes riscos advindos de instrumentos financeiros.

i. Riscos de Liquidez: As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade.

ii. Riscos de Crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento.

iii. Riscos Operacional: A Administração manteve seu planejamento de atividades ao longo de 2024, relativo à preparação de sua estrutura para atender maior demanda de pacientes, executando as atividades com resguardo necessário de seus profissionais, clientes e fornecedores. A Administração acredita que o Hospital não possui risco de continuidade operacional.

19. EVENTOS SUBSEQUENTES: Até a data de emissão destas demonstrações contábeis, o Contrato de gestão 001/SESAM/2019 estava vigente, não sendo realizadas provisões adicionais ou contingenciais nessas demonstrações contábeis, com perspectiva da Administração de que seja renovada para nova Gestão do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH, após seu encerramento em 30 de março de 2025.

Renovação CEBAS - INDSH Conforme mencionado na nota explicativa 1 – contexto operacional, a Entidade obteve deferimento para renovação do CEBAS para o triênio de 1º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2026 em 12/02/2025, junto ao Ministério da Saúde, constante do processo 25000.175499/2023-33.

Manaus - AM, 26 de março de 2025. Cristian Tassi - Diretor Executivo - CPF: 595.078.610-68 // Ana Julia Azevedo Macahuachi - Contadora - CRC – AM 017456/O

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

A Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH, Hospital e Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz, Manaus - AM. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Hospital e Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas

Continua...

Continuação... contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos dos assuntos mencionados no tópico “Base para opinião com Ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Hospital e Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva: Saldos de Estoques** - Durante o exercício de 2024, a Administração do Hospital concluiu a migração sistêmica de controle de estoques, considerando a integração de saldos iniciais e movimentação de compras e consumo entre o período de agosto a dezembro de 2024. Em revisão aos saldos de estoque apresentados nestas demonstrações financeiras pelo montante de R\$ 17.736.714 e confronto com os saldos de estoque apresentados nos controles internos e estoques do Hospital, foi apurada diferença a maior nos saldos contábeis na ordem de R\$ 1.012.956, a qual não foi conciliada até a emissão de nosso relatório. Nestas circunstâncias, não foi possível realizar procedimentos alternativos que permitissem concluir sobre a adequada apresentação dos estoques do Hospital em 31 de dezembro de 2024. **Contas a receber parcelado junto a SES/AM** Em 31 de dezembro de 2024, o Instituto apresentava um contas a receber junto a SES/AM, pelos serviços de gestão do Hospital no montante de R\$ 66.832.199, vencidos e relativo ao período de outubro a dezembro/2024. Conforme descrito nota explicativa 19, o Ente público oficializou parcelamento deste montante em seis (06) parcelas mensais a serem quitadas a partir de fevereiro de 2025. Até a emissão deste relatório, o Instituto não havia recebido as parcelas do acordo previstas para Fevereiro e Março/2025. Considerando as negociações avançadas para renovação do contrato de gestão, a Administração do Hospital concluiu por não ser necessária a provisão para perdas com direitos a receber, uma vez que busca constantemente a negociação do recebimento do montante em aberto e possui expectativa da manutenção de seu contrato. Entretanto, nas circunstâncias, não foi possível obter evidências de que este o montante mencionado anteriormente, possuía liquidez e fluxo de pagamentos de curto prazo para fazer frente aos recursos esperados pelo Hospital para gestão de suas operações. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria** Principais assuntos de auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **• Provisão ou baixa de créditos com liquidação duvidosa** - A estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e/ou reconhecimento da perda dos recebíveis com baixa perspectiva de recebimento envolve alto nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ou baixa de recebíveis envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo, mas não se limitando, aos níveis de incerteza de recebimento. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria** Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: (i) Análise das políticas de cobrança, renegociação e discussão junto ao ente público; (ii) entendimento sobre os controles gerenciais em validação aos descontos promovidos pelo ente público, bem como a avaliação do cumprimento de métricas contratuais e (iii) Análise sobre a perspectiva da Administração acerca do recebimento dos valores contratuais. Concluímos pela razoabilidade dos critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação e classificação de parte do contas a receber junto a SES/AM como não circulante, os quais foram baseados na expectativa de êxito em negociação com o ente público. **• Provisões para riscos e passivos contingentes** - Conforme nota explicativa nº 13, provisão para contingências e depósitos judiciais, a Entidade possui processos, questionamentos ou assuntos relevantes acerca de questões cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle. Considerando a complexidade do ambiente judiciário e a necessidade de julgamento crítico em relação a probabilidade de perda nestes processos, eventuais mudanças de prognóstico e/ou julgamento podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis. Sendo assim, a avaliação, mensuração e divulgação destas contingências foi considerado como foco de análises em nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria** Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento dos riscos de provisão para contingências incluíram, entre outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos responsáveis pelos processos da Entidade; (ii) avaliação de controles internos histórico da natureza dos processos e desfechos; (iii) Discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (iv) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Entidade; e (v) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela Administração, proporcionam uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações contábeis. **Ênfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos: **Imobilizado de gestão** Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente (Estado do Amazonas), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis. **Transações com partes relacionadas** A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. **Outros assuntos:** **Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 27 de março de 2024, sem modificações. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis** - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Paulo, 27 de março de 2025.**

PLANNERS AUDITORES INDEPENDENTES - CRC.SP. Nº. 2SP 14.712/O-2 // Heitor Piovam - Contador CRC 1SP 331.721/O-6